

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH
HOSPITAL JEAN BITAR (CNPJ 23.453.830/0015-75)**

Balanco Patrimonial dos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em reais (R\$)

	NOTA	2021	2020
ATIVO			
CIRCULANTE		7.111.820	8.001.125
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.711.101	6.381.086
Contas a receber	5	1.138.227	103.228
Estoques	6	1.134.640	1.189.911
Adiantamento a Funcionários		98.630	83.071
Outros Créditos		15.975	214.611
Despesas antecipadas		2.331	3.023
Partes Relacionadas	8	10.916	26.195
NÃO CIRCULANTE		1.940.545	2.131.494
Depósito judicial	13	28.560	28.560
Imobilizado líquido	7	-	1.434
Intangível líquido	7	-	30.362
Imobilizado, líquido - Contrato de Gestão	7	1.911.985	2.071.138
TOTAL DO ATIVO		9.052.365	10.132.619
PASSIVO			
CIRCULANTE		4.699.847	4.014.046
Fornecedores	9	2.265.104	1.611.493
Obrigações trabalhistas	10	1.879.941	1.846.474
Obrigações sociais	11	301.584	307.227
Obrigações fiscais		112.087	76.352
Partes Relacionadas	8	141.131	172.500
NÃO CIRCULANTE		1.911.985	2.071.138
Receitas Diferidas	12	1.911.985	2.071.138
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.440.533	4.047.435
Patrimônio social		3.832.735	4.073.980
Déficit acumulado		(1.392.202)	(26.545)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.052.365	10.132.619

Demonstração do Déficit dos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em reais (R\$)

	NOTA	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS		42.074.143	39.953.225
Serviços prest. pacientes SUS		42.074.143	39.953.225
CUSTOS		(37.082.462)	(33.961.644)
Pessoal e encargos		(10.547.672)	(16.951.396)
Serviços de terceiros		(17.633.951)	(10.522.522)
Materiais e medicamentos		(8.900.839)	(6.487.726)
DESPESAS		(6.543.781)	(6.083.767)
Pessoal e encargos		(2.636.918)	(2.630.631)
Despesas gerais	15	(3.867.601)	(3.355.418)
Depreciação/amortização		(190.949)	(234.997)
Impostos, taxas e contribuições		(6.391)	(7.109)
Outras receitas e desp. operac.		158.078	144.388
FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		159.898	65.641
Despesas Financeiras		(43.563)	(34.343)
Receitas financeiras		203.461	99.984
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(1.392.202)	(26.545)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social dos exercicios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em reais (R\$)

	Patrim. Social	Déficit acum.	Total
Em 31/12/2019	3.151.932	887.483	4.039.415
Incorpor. ao Patr. Social	887.483	(887.483)	-
Ajuste patrimonial	(2.474)	-	(2.474)
Transferências	37.039	-	37.039
Déficit do exercicio	-	(26.545)	(26.545)
Em 31/12/2020	4.073.980	(26.545)	4.047.435
Incorpor. ao Patr. Social	(26.545)	26.545	-
Ajustes patr. (nota 14)	(214.700)	-	(214.700)
Déficit do exercicio	-	(1.392.202)	(1.392.202)
Em 31/12/2021	3.832.735	(1.392.202)	2.440.533

Demonstração dos Fluxos de Caixa - método indireto dos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em reais (R\$)

	NOTA	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Déficit do exercicio		(1.392.202)	(26.545)
Ajustes p/ conciliar o resul.			
Depreciação/amortizações		190.949	234.997
(Déficit) / Superávit ajustado		(1.201.253)	208.452
Variações no circulante das contas de ativo e passivo		(452.642)	2.437.399
(Aumento) / Redução de outros créd.		(851.922)	2.657.288
Redução / (Aumento) de estoques		55.271	(211.313)
Redução de despesas antecipadas		692	945
Aumento de fornecedores		653.611	163.610
Aumento / (Redução) de obrig. trabalh.		33.467	(16.761)
(Redução) de obrigações sociais		(5.643)	(2.017)
Aumento / (Redução) de obrig. tribut.		35.735	(76.225)
(Redução) das obrig. - não circulante		(159.153)	(112.693)
Ajustes patrimoniais		(214.700)	34.565
Caixa líq. (utilizado) / proveniente das atividades operacionais		(1.653.895)	2.645.851
Atividades de investimentos		-	(35.620)
Aquisição de imobilizado		-	(35.620)
Atividades de financiamentos		(16.090)	45.399
Transações com partes relacionadas		(16.090)	45.399
(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa		(1.669.985)	2.655.630
Var. em caixa e equiv. de caixa (Nota 4)			
Saldo existente no início do exer.		6.381.086	3.725.456
Saldo existente no final do exercicio		4.711.101	6.381.086
(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa		(1.669.985)	2.655.630

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas às demonstrações contábeis dos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em reais (R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL a) Objetivos Sociais

O Hospital Jean Bitar (HJB) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado. O Hospital atende uma população 1,4 milhão de pessoas da região metropolitana de Belém, composta por mais sete municípios. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia endocrinologia, reumatologia, geriatria, além de ser referência em cirurgias bariátricas com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado na Rua Cônego Jerônimo Pimentel, 543 - Umarizal, Belém-PA. **b) Contrato de Gestão** O Hospital Jean Bitar (HJB) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde março de 2016, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 007/SESPA/2021, vigente até 10/11/2022. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica.

E reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde no qual se encontra pendente de julgamento. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

2.1. Declaração de conformidade As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 14 de março de 2022. **2.2. Base de mensuração e apresentação** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relati-

va a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercicios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas civis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2021 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Impacto da COVID-19 nas operações:** A Administração da Entidade continua adotando medidas que julga necessárias para mitigar e/ou minimizar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) Medidas de preservação de caixa, através de redução de custos possíveis dentro da estrutura atual e do adequado cumprimento do convênio com a SESP, de forma que tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações enquanto houver restrições econômicas, sociais e riscos de entrega de insumos e fornecimento derivadas da pandemia; A Administração analisa suas perspectivas sobre os efeitos econômicos da disseminação do COVID-19 no País, considerando que apesar de não ter sido eleito pela SESP como referência para atendimento à COVID-19, as operações do Hospital ainda podem ser impactadas, em 2022, por eventual nova fase de restrições impostas pelas autoridades governamentais ou pela necessidade de aumento de carga horária de atendimento ou obtenção de novas fontes de recursos para viabilizar possíveis atendimentos de urgência.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa - recursos em espécie	1.200	1.200
Banco conta movimento	10.848	17.473
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.699.053	6.362.413
	4.711.101	6.381.086

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço.

5. CONTAS RECEBER: Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 10/11/2022.

	2021	2020
Contrato 002/2016 - SESP	-	103.228
Contrato 007/2021 - SESP	1.138.227	-
	1.138.227	103.228

Continua...

Continuação...

6. ESTOQUES

	2021		2020	
Drogas e Medicamentos	356.606		387.890	
Dietas Enterais e Parenterais	30.583		19.323	
Fios Cirúrgicos	24.522		22.493	
Filmes e Químicos	766		3.600	
Materiais de uso do paciente	373.831		421.955	
Produtos de Limpeza	36.962		30.959	
Materiais de Laboratório	124.889		132.803	
Demais materiais	186.481		170.888	
	1.134.640		1.189.911	

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL: Imobilizado contrato de Gestão com recursos investimento

	Médicos e Cirúrgicos Aparelhos 10%	Equip. Inform. Cirúrgicos 20%	Instr. Cirúrgicos 10%	Maquinas e Móveis e Equip. Utensílios 10%	Móveis e Equip. Hospital. em andam. 10%	Construções 10%	Benfeit. 10%	Total
Saldo em 31/12/2020								
Saldo inicial	376.331	60.358	47.693	258.531	194.966	37.221	950.163	2.183.831
Adições	-	1.482	-	1.963	-	-	32.175	35.620
Depreciação	(50.707)	(24.958)	(6.764)	(30.478)	(22.499)	(4.337)	(8.750)	(148.313)
Saldo final	325.624	36.882	40.929	230.016	172.467	32.884	982.338	2.071.138

	Médicos e Cirúrgicos Aparelhos 10%	Equip. Inform. Cirúrgicos 20%	Instr. Cirúrgicos 10%	Maquinas e Móveis e Equip. Utensílios 10%	Móveis e Equip. Hospital. em andam. 10%	Construções 10%	Benfeit. 10%	Total
Saldo em 31/12/2021								
Saldo inicial	325.624	36.882	40.929	230.016	172.467	32.884	982.338	2.071.138
Transferências	-	-	-	-	-	-	(982.338)	982.338
Depreciação	(50.706)	(24.958)	(6.764)	(30.517)	(22.499)	(4.337)	-	(159.153)
Saldo final	274.918	11.924	34.165	199.499	149.968	28.547	-1.212.784	1.911.985

Imobilizado e intangível próprio**Equipamento Informática Direito de Uso**

	20%	10%	Total
Em 31 de dezembro de 2020			
Saldo Inicial	5.437	113.043	118.480
Depreciação	(4.003)	(82.681)	(86.684)
Saldo Final	1.434	30.362	31.796
Em 31 de dezembro de 2021			
Saldo Inicial	1.434	30.362	31.796
Depreciação	(1.434)	(30.362)	(31.796)
Saldo Final	-	-	-

8. PARTES RELACIONADAS: O montante a receber de R\$ 10.916 (R\$ 26.195 em 2020), refere-se a recursos a receber de hospitais relacionados sob a mesma gestão, por serviços laboratoriais prestados. O saldo a pagar de R\$ 141.131 (R\$ 172.500 em 2020) refere-se aos serviços da gestão a pagar.

	2021	2020
9. FORNECEDORES:		
Materiais e medicamentos	446.408	277.306
Serviços pessoa jurídica	648.790	385.850
Serviços médicos	1.086.619	932.680
Diversos	83.287	15.657
	2.265.104	1.611.493

	2021	2020
10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS:		
Obrigações trabalhistas	721.023	737.647
Provisão férias	1.073.320	1.026.934
Provisões FGTS s/férias	85.598	81.893
	1.879.941	1.846.474

	2021	2020
11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS:		
INSS a recolher	79.998	81.182
FGTS a recolher	107.611	109.005
IRRF s/ folha a recolher	113.420	116.438
Contr. Sindical	555	602
	301.584	307.227

12. RECEITAS DIFERIDAS: Em 2021, nenhum montante foi utilizado para adquirir ativos. O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2021, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2021	2020
Imobilizado - Contrato de Gestão	2.567.491	2.567.491
Total investido em Ativo	2.567.491	2.567.491

(-) Depreciação / Amortiz. Acum. (655.506) (496.353)

13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPOSITOS JUDICIAIS: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2021	2020
Cível	105.000	105.000
Trabalhista	160.500	818.243
	260.500	923.243

Em 2021, a Entidade possuía R\$28.560 em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento.

14. PATRIMÔNIO SOCIAL: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nos congressos, bem como na administração da sede da Entidade. Em 2021, houve ajustes patrimoniais relativo a baixapor pagamento de impostos de exercícios anteriores, no montante de R\$ 32.491. Houve também, a incorporação ao patrimônio social referente ao reconhecimento de obrigações com investimento, no montante de R\$ 182.207.

	2021	2020
15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:		
Serviços de gestão	(2.024.506)	(1.868.406)
Energia elétrica	(796.802)	(745.448)
Aluguel de máquinas	(469.567)	(413.721)
Viagens e hospedagens	(8.553)	(22.096)
Outros	(568.173)	(305.747)
	(3.867.601)	(3.355.418)

16. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e

despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, 3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizados, como se devido fosse.

	2021	2020
Cota patronal	2.400.897	2.347.561
Terceiros	696.260	680.793
RAT/SAT	240.090	234.756
Total INSS	3.337.247	3.263.110

	2021	2020
COFINS	1.262.224	1.198.597
Total	4.599.471	4.461.707

17. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2021, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2021	2020
Aplicações financeiras	4.699.053	6.362.413
Contas a receber	1.138.227	103.228
Total ativos financeiros	5.837.280	6.465.641
Fornecedores	2.265.104	1.611.493
Total passivos financeiros	2.265.104	1.611.493

19. GESTÃO DE RISCOS: Risco de liquidez As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **Risco de operacional** Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de recebimento ou atrasos no recebimento dos recursos do contrato de gestão por recessão econômica e redirecionamento de gastos do Ente Público; (ii) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID-19, caso o Hospital seja eleito como ponto de referência para atendimento da doença, o que pode levar a desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxos de caixa; (iii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva, por tempo indeterminado; e (iv) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2021, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade

operacional. No entanto, mudanças futuras que possam deteriorar o ambiente econômico, social e de saúde, podem levar a Entidade a rever suas estimativas de fluxo de caixa futuro e, eventualmente, podem requerer novas requisições de recursos e estrutura junto ao Ente Público.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES: a) Impactos da COVID-19 para 2022 A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração optou por não realizar provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis. Belém/PA, 14 de março de 2022.
Giovani Luis Padão Merenda - Diretor Executivo CPF: 539.924.660-00 / **Viviane da Costa Conceição** - Contadora - CRC PA -013815/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH Hospital Jean Bitar Belém - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Jean Bitar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como as principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Jean Bitar, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • Provisões para riscos e passivos contingentes Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. • Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e

Continua...

fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento e renegociação com ente público e das incertezas econômicas provenientes dos impactos da COVID-19. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. (iv) Análise sobre eventuais discussões e negociações com Ente Público acerca de impactos da COVID-19 no fluxo de pagamentos do contrato de gestão pactuado. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SESPA como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público.

Enfases: Nossa opinião não está ressaltada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 11 de março de 2021, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 3, a Entidade vem acompanhando a evolução de contágio e definições sobre restrições de atividades e circulação, promovendo a manutenção de sua estrutura para atendimentos emergenciais relacionados ao COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 14 de março de 2022. **PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398 - CNAI 000219. Heitor Piovani - Contador CRC 1SP 331.721/O-0 - Auditor Independente - CNAI 6.199**

Protocolo: 772193

Cidade dos Sonoros e dos Cantores
Estudos sobre a era do rádio a partir da capital paraense

Antonio Maurício Costa

Edições IOE
4009-7817

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº. 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, quarta-feira, 16 de março de 2022 às 00:42:13.